

Executiva do PMDB apóia moratória e Funaro

Brasília — Para reagir às pressões no Brasil e no exterior do que o presidente do PMDB, Ulysses Guimarães, chamou de "forças contrariadas" com a política econômica do governo, a Executiva nacional do partido aprovou documento de apoio à moratória declarada pelo presidente José Sarney e à permanência do ministro da Fazenda, Dilson Funaro. O documento, de seis páginas, diz que a suspensão dos pagamentos é a única alternativa do momento para garantir a independência do país.

A reunião foi agitada. Convocada para discutir o preenchimento das duas vagas que seriam abertas com a posse dos governadores Pedro Simon e Miguel Arraes, a executiva resolveu adiar a decisão sobre o assunto, aguardando resposta do TSE a uma consulta do deputado Jorge Uequed sobre a necessidade da licença dos governadores. A reunião transformou-se em um debate a respeito da duração do mandato de Sarney e da política econômica, só interrompido pela visita de uma comitiva de parlamentares do PDT e do PT, indignados com a ação da polícia de Brasília contra bancários em greve.

— Lançamos o documento de apoio ao governo para combater a campanha das forças contrariadas com a política desenvolvida pelo ministro Funaro — afirmou, ao final do encontro, Ulysses Guimarães. O deputado não quis identificar quem eram os contrariados, mas garantiu que eles se encontram tanto no Brasil

como no exterior. "Essas forças atuam interna e externamente."

O documento aprovado pela executiva diz que o Brasil tem de optar entre dois caminhos. O primeiro é o "retrocesso, pela via da submissão às manobras e pressões externas, articuladas também pelos aliados domésticos da comunidade financeira internacional". O segundo, defendido pelo PMDB, é "um caminho penoso, mas que conduz à independência".

Esse caminho se chama moratória — palavra omitida na conclusão do documento —, e a sua defesa foi o único consenso da reunião. "Ou saldamos os compromissos externos ou os internos", explicou Ulysses. "Nós apoiamos a posição do presidente Sarney, que, sem confronto, deu prioridade ao combate dos problemas sociais para depois cuidar dos juros da dívida."

Menos pacíficos foram os debates sobre as propostas levadas à reunião pelo ministro Dante de Oliveira, da Reforma Agrária, e pelo senador gaúcho José Fogaça — nenhum dos dois é membro da executiva. Dante propôs a realização de um plebiscito interno dentro do PMDB para definir a duração do mandato de Sarney. "Seis anos nunca", esclareceu. Fogaça pediu a convocação de uma convenção nacional do partido para definir sua posição em relação ao governo e à crise econômica. As duas propostas ficaram de ser analisadas antes da realização da próxima reunião da executiva.

Decisões foram tomadas na véspera

Brasília — No estilo do antigo PSD, de onde se origina a maioria de seus integrantes, a Executiva do PMDB, reunida ontem, apenas ratificou as decisões tomadas na véspera pela cúpula, durante encontro na casa do presidente Ulysses Guimarães. O deputado Francisco Pinto (BA) criticou o fato, que, segundo ele, marginaliza a própria executiva.

"Nos momentos mais graves, vagamos como espíritos desencarnados", resumiu o deputado em sua intervenção. Em resposta, Ulysses afirmou ser o PMDB um partido vitorioso, tentando demonstrar que, com esse estilo, o partido sobreviveu e cresceu. Cedeu, porém, aos argumentos do senador Affonso Camargo (PR) para que a Executiva se reúna periodicamente.

A mais importante reunião — a da casa de Ulysses — envolveu discussões sobre o apoio ao governo. O senador Severo Gomes, presidente da Fundação Pedrosa Horta, levou para essa reunião dos documentos: um sobre a dívida externa e outro sobre questões internas. Ele e Ulysses queriam que o partido desse apoio integral a Funaro. Aceitaram a ponderação que o apoio à política econômica interna só deveria ser dado após a ida do ministro Dilson Funaro ao congresso, amanhã, quando falará à bancada. Por cautela, a cópia do segundo documento foi rasgada — maneira de evitar sua divulgação antecipada.

Já na reunião formal da Executiva, Ulysses

expôs, inicialmente, as dificuldades legais de se cumprir a decisão anterior de adiar as convenções municipais deste ano. Resolveu-se pedir apoio dos demais partidos para, já na segunda-feira, apresentar um projeto-de-lei de adiamento, que interessa a todos. A justificativa é a de que não é possível realizar convenções durante o funcionamento da Constituinte.

Discutiu-se, a seguir, o documento da dívida externa. Sua redação foi alterada em alguns pontos, mas as restrições foram quanto ao estilo e não ao conteúdo. Fernando Henrique, por exemplo, considerou "demagógica" a sua parte final.

O secretário-geral, Milton Reis, apresentou a primeira de suas três sugestões: construção da sede própria. Reis procurou tranquilizar o partido, dizendo que essa obra não custaria nada a seus cofres. "Quem paga?", gritou Francisco Pinto. O secretário-geral não gostou dessa manifestação de desconfiança e, irritado, respondeu: "Pode sair do meu bolso. Eu já paguei outras despesas do partido." Sugeriu também a participação do Líder da Constituinte nas reuniões da executiva. Ulysses justificou a ausência de Covas — ele estava trabalhando na composição das comissões da Constituinte — e informou que o líder será sempre convidado a participar das reuniões do comando do PMDB. A terceira proposta de Reis foi a de que o partido comece a discutir o mandato Sarney.

Programa mínimo condiciona apoio

Brasília — O PMDB quer o controle político e econômico do governo e prepara um programa mínimo de ação que será encaminhado ao presidente José Sarney e cuja adoção condicionará o apoio do partido ao Palácio do Planalto. "Precisamos definir se damos apoio ao governo ou passamos para a oposição" — esta frase, dita pelo senador Affonso Camargo (PR) durante a reunião da bancada pemedebista para a eleição de Mário Covas, no último dia 17 de março, foi o mote para o início das sucessivas reuniões que um pequeno grupo do partido vem realizando para elaborar um programa mínimo de governo.

Ainda sem definição dos pontos, os pemedebistas têm trabalhado em caráter sigiloso mas animados pelo sinal verde dado pelo presidente Sarney para que o projeto fosse tocado. Participam da elaboração do documento, além de Camargo, os deputados Pimenta da Veiga (MG), Egidio Ferreira Lima (PE), Nelson Jobim (RS), Virgildásio de Senna (BA) e Antônio Brito (RS), que foi quem levou a idéia a Sarney, dele recebendo incentivos, segundo narrou aos companheiros quinta-feira passada.

Um dos integrantes do grupo confidenciou que, entre os pemedebistas, temia-se pela sorte da transição democrática. As constantes colisões entre PMDB e PFL, em meio à crise econômica, impuseram a necessidade da ação urgente das lideranças políticas. Na mesma semana em que o senador Mário Covas foi eleito líder do PMDB na Constituinte, o grupo começou a se articular, inicialmente apenas com Camargo, Pimenta, Egidio, Jobim e Artur da Távola (RJ).

Embora o assunto ainda seja tratado reser-

vadamente, o grupo ampliou-se e já promoveu 10 reuniões, com assessoria de economistas ligados ao PMDB. Depois de submetida a Sarney, a proposta do programa mínimo foi, domingo passado, objeto de uma discussão com o presidente do partido, deputado Ulysses Guimarães, que garantiu apoio à empreitada.

Para um dos articuladores, o PMDB não podia ficar recebendo notícias depois que os fatos já tinham ocorrido, porque isso acabava comprometendo a ação do governo. Acrescentou que ele e seus companheiros estão preparando um documento definitivo, que estabelecerá o programa mínimo que o partido espera ver adotado e cumprido pelo governo e que o apoio partidário não seja resumido às crises atuais. "Ninguém quer mais um documento ou uma peça de retórica", garante.

A idéia básica do programa mínimo é que o partido passe a exercer, concretamente, o controle das áreas política e econômica do governo. Os pemedebistas não pedirão cargos, mas deixarão claro ao presidente Sarney que o exercício do controle político pressupõe a entrega do Gabinete Civil ao partido.

Entre as idéias que vêm sendo estudadas pelo grupo — e que Ulysses prometeu submeter a debate em reunião nacional do PMDB — estão o fortalecimento do Banco do Brasil com recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento, para forçar a queda dos juros bancários; a fixação do salário-mínimo como piso de proventos dos aposentados (sugestão do ministro da Previdência, Raphael de Almeida Magalhães); manutenção do gatilho salarial; e adoção de uma política econômica anti-recessiva.

Brasília — Ana Carolina Fernandes

As relações injustas do comércio exterior

Brasília — Eis os pontos principais do documento aprovado pela Executiva do PMDB:

1. Em 83/84 o Brasil transferiu para o exterior 9,8 bilhões de dólares, enquanto em 85/86 teve que transferir 24,1 bilhões, o que representa um aumento de 145,9%. A drenagem de recursos elevou-se a mais de 5% do PIB, um nível jamais visto no relacionamento internacional, pois representa mais do que o dobro da percentagem que a Alemanha foi condenada a transferir entre 1925 e 1932, por conta das reparações, depois da Primeira Guerra Mundial.

2. Não há como questionar, portanto, a firme condução das negociações da dívida externa, em particular o trabalho do ministro Dilson Funaro, que teve a coragem de propor a suspensão do pagamento dos juros da dívida. Os problemas atuais foram provocados, em grande parte, por manobras externas, com o objetivo de obrigar o Brasil a ceder mais uma vez aos interesses das potências centrais.

3. O PMDB respaldou desde o início a decisão do presidente Sarney e do ministro Funaro, de decretar a moratória, e reitera todo o apoio político para que eles levem o processo às suas últimas consequências. Esse é o passo inicial para qualquer plano econômico que respeite os compromissos do PMDB, de manter os salários reais e buscar sua progressiva elevação. Para que se promova essa distribuição de renda, no sentido preconizado pelo partido, faz-se necessário conter a especulação financeira e reduzir as taxas de juros que estão prejudicando a agricultura, a micro, a pequena e a média empresa.

4. O apoio político ao presidente Sarney provém de todos os setores do partido. De seus dirigentes, de seus governadores, de suas bancadas, de seus militantes. Unidos aos trabalhadores, aos empresários, aos militares, aos estudantes, às igrejas e à toda a Nação brasileira, reafirmamos que o caminho da dignidade não tem retorno, a não ser que pague o preço da desmoralização e da rendição incondicional. Tal preço está implícito na pregação dos que desejam a volta ao FMI e, ao mesmo tempo, bradam contra a recessão, esquecidos de que a política do Fundo é a recessão.

5. Temos pela frente dois caminhos. Um é o do retrocesso, pela via da submissão às manobras e pressões externas, articuladas também pelos aliados domésticos da comunidade financeira internacional. O outro é um caminho penoso, mas que conduz à independência. Trilhando-o, estaremos cumprindo o dever de legar às gerações futuras o singelo direito de dispor dos frutos de seu trabalho.